

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Percepção e produção da exterioridade: visão, corpo e ser-no-mundo

Marcio Leitão Bandeira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15032>

Submetido em: 2026-02-03

Postado em: 2026-03-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Identificação Autoral

Márcio Leitão Bandeira é psicólogo judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), São Paulo, Brasil. Atua na interface entre psicanálise, fenomenologia e teoria da percepção, com ênfase nos processos de constituição do mundo vivido, articulações entre experiência subjetiva, corpo e exterioridade, bem como nas relações entre clínica psicológica, filosofia e ciências cognitivas. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2957-1602>. E-mail para correspondência: marciobandeira@gmail.com

Marcio Leitão Bandeira is a judicial psychologist at the Court of Justice of the State of São Paulo (TJSP), Brazil. His work focuses on the interface between psychoanalysis, phenomenology, and perception theory, with emphasis on the constitution of the lived world, the articulation between subjective experience, body, and exteriority, as well as the relations between clinical psychology, philosophy, and cognitive sciences. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2957-1602>. Corresponding e-mail: marciobandeira@gmail.com

Percepção e produção da exterioridade: visão, corpo e ser-no-mundo ¹

Perception and the production of exteriority: vision, body, and being-in-the-world

Percepción y producción de la exterioridad: visión, cuerpo y ser-en-el-mundo

Resumo

O artigo examina o problema da exterioridade do mundo percebido a partir de um percurso conceitual que articula contribuições da neurociência, da filosofia e da psicanálise. Partindo das formulações de Hume, Bergson, Thomas Nagel, Merleau-Ponty, Freud e Lacan, o estudo investiga de que modo a experiência perceptiva sustenta a presença do mundo como realidade exterior. Hume permite pensar a estabilidade do mundo como efeito de hábitos perceptivos; Bergson enfatiza a percepção como seleção voltada à ação; Nagel evidencia os limites da objetivação científica da experiência subjetiva; Merleau-Ponty situa o corpo como operador originário da relação com o mundo; Freud e Lacan mostram que a diferenciação entre interioridade e exterioridade depende de um trabalho psíquico permanente. Em diálogo com modelos contemporâneos da neurociência, sustenta-se que a visão não constitui espelhamento do real nem projeção subjetiva, mas operação que produz exterioridade ao mesmo tempo em que apaga as condições de sua própria gênese. O artigo propõe compreender a percepção como processo histórico, corporal e psíquico de constituição do mundo vivido.

Palavras-chave: Percepção; Exterioridade; Corpo próprio; Mundo vivido; Psicanálise

Abstract

This article examines the problem of the exteriority of the perceived world through a conceptual trajectory that articulates contributions from neuroscience, philosophy, and psychoanalysis. Drawing on the formulations of Hume, Bergson, Thomas Nagel, Merleau-Ponty, Freud, and Lacan, the study investigates how perceptual experience sustains the presence of the world as an external reality. Hume allows the stability of the world to be understood as an effect of perceptual habits; Bergson emphasizes perception

¹ **Nota editorial.** Este manuscrito será depositado no servidor SciELO Preprints antes da submissão final, conforme diretrizes de Ciência Aberta.

as action-oriented selection; Nagel highlights the limits of the scientific objectification of subjective experience; Merleau-Ponty situates the body as the primordial operator of the relation with the world; Freud and Lacan demonstrate that the differentiation between interiority and exteriority depends on an ongoing psychic process. In dialogue with contemporary neuroscientific models, the article argues that vision does not constitute a mirroring of reality nor a subjective projection, but rather an operation that produces exteriority while simultaneously obscuring the conditions of its own genesis. The study proposes understanding perception as a historical, bodily, and psychic process in the constitution of the lived world.

Keywords: Perception; Exteriority; Lived body; Lived world; Psychoanalysis

Resumen

El artículo examina el problema de la exterioridad del mundo percibido a partir de un recorrido conceptual que articula aportes de la neurociencia, la filosofía y el psicoanálisis. Partiendo de las formulaciones de Hume, Bergson, Thomas Nagel, Merleau-Ponty, Freud y Lacan, el estudio investiga de qué modo la experiencia perceptiva sostiene la presencia del mundo como realidad exterior. Hume permite pensar la estabilidad del mundo como efecto de hábitos perceptivos; Bergson enfatiza la percepción como selección orientada a la acción; Nagel evidencia los límites de la objetivación científica de la experiencia subjetiva; Merleau-Ponty sitúa el cuerpo como operador originario de la relación con el mundo; Freud y Lacan muestran que la diferenciación entre interioridad y exterioridad depende de un trabajo psíquico permanente. En diálogo con modelos contemporáneos de la neurociencia, se sostiene que la visión no constituye un reflejo de lo real ni una proyección subjetiva, sino una operación que produce exterioridad al mismo tiempo que oculta las condiciones de su propia génesis. El artículo propone comprender la percepción como un proceso histórico, corporal y psíquico de constitución del mundo vivido.

Palabras clave: Percepción; Exterioridad; Cuerpo propio; Mundo vivido; Psicoanálisis

Introdução

A questão da visão humana, longe de se restringir a um problema fisiológico ou representacional, abre-se como um campo privilegiado para interrogar a própria relação entre sujeito e mundo. Desde as formulações neurocientíficas clássicas, que descrevem a retina como um sistema de transdução de energia luminosa em sinais neurais, até as abordagens filosóficas que interrogam o estatuto ontológico da experiência perceptiva, a visão aparece como um ponto de condensação entre natureza, corpo e sentido. O que está em jogo não é apenas *como* vemos, mas *onde* o mundo visto se situa: no interior do sujeito, como construção, ou no exterior, como realidade independente.

Essa pergunta, aparentemente simples, revela-se rapidamente enganosa. Pois a oposição entre interior e exterior, tal como costuma ser formulada, já supõe uma divisão que a própria experiência perceptiva não confirma. Na percepção ordinária, não nos relacionamos com imagens internas às quais atribuiríamos posteriormente um referente externo; vemos diretamente as coisas, em sua presença e resistência. A estranheza surge apenas quando a reflexão retorna sobre esse ato e descobre que aquilo que parecia imediato depende de uma complexa rede de mediações.

O percurso desenvolvido neste texto parte dessa tensão fundamental: a imagem do mundo é produzida por processos internos — neuronais, corporais, históricos — e, no entanto, é experimentada como estando “lá fora”, aderida às coisas mesmas. Esse paradoxo, longe de ser um erro ou uma ilusão secundária, constitui o núcleo mesmo da experiência perceptiva ordinária. A percepção só cumpre sua função estabilizadora porque apaga, em seu funcionamento habitual, os rastros de sua própria gênese.

Ao longo das discussões aqui mobilizadas, tornou-se claro que esse apagamento não é um defeito cognitivo, mas uma condição de possibilidade da vida prática. Ver exige esquecer que se vê; perceber exige esquecer que se constrói. A exterioridade do mundo não é um dado bruto, mas um efeito sustentado que não pode se apresentar como tal sem comprometer sua eficácia.

A partir de contribuições da neurociência, da filosofia moderna e contemporânea e da psicanálise, busca-se aqui reconstruir uma caminhada conceitual que permita compreender como o mundo é simultaneamente construído e exteriorizado, sem que isso redunde nem em idealismo subjetivista, nem em realismo ingênuo. O texto se organiza

em blocos articulados, respeitando uma progressão conceitual que não visa síntese final, mas explicitação dos deslocamentos sucessivos do problema.

Este percurso conceitual não pretende apenas reexaminar tradições filosóficas e psicanalíticas acerca da percepção, mas indicar uma consequência direta para o campo da psicologia: a experiência perceptiva não pode ser compreendida como simples recepção de estímulos nem como representação interna de um mundo previamente dado, mas como processo histórico e relacional de constituição do real vivido. Ao recolocar a exterioridade como efeito precário e continuamente reconstruído, o argumento contribui para deslocar modelos psicológicos que tendem a naturalizar a percepção como função adaptativa ou correlato neurofuncional isolado. Nesse sentido, a articulação entre fenomenologia, psicanálise e teorias contemporâneas da cognição permite pensar a percepção como acontecimento que envolve corpo, história e inscrição simbólica, oferecendo à psicologia um quadro conceitual capaz de integrar experiência subjetiva, constituição do sentido e produção do mundo compartilhado.

Nesse contexto, o diferencial teórico deste estudo consiste em sustentar que a exterioridade do mundo percebido não deve ser compreendida apenas como efeito cognitivo, fenomenológico ou simbólico tomado isoladamente, mas como resultado de uma articulação simultânea entre processos neurobiológicos, corporais e psíquicos que operam na estabilização do real vivido. Ao propor essa articulação, o trabalho desloca a percepção de uma função meramente representacional para uma operação constitutiva da própria experiência de exterioridade.

A visão como processo relacional na neurociência

A descrição neurocientífica da visão rompe, já em seu nível mais elementar, com qualquer concepção ingênua de percepção como espelhamento do mundo. Os fotorreceptores da retina — bastonetes e cones — não codificam objetos, cores ou formas, mas diferenças de energia luminosa em faixas específicas de comprimento de onda. A informação visual é, desde o início, diferencial e relacional: não se responde à luz absoluta, mas ao contraste, às variações espaciais e temporais do campo luminoso. Formulações contemporâneas da neurociência teórica radicalizam esse ponto ao descrever a percepção não como registro de propriedades do mundo, mas como um

processo inferencial ativo, no qual o sistema nervoso busca continuamente reduzir a discrepância entre previsões internas e variações sensoriais do ambiente (Friston, 2010).

Esse dado, frequentemente apresentado como técnico, tem implicações conceituais profundas. Ele indica que a visão não opera a partir de qualidades prontas, mas de diferenças sem qualificação intrínseca. Nenhum cone “vê vermelho”; há apenas respostas diferenciais cuja correlação posterior dará origem à experiência cromática. Desde esse nível, o sistema visual não registra coisas, mas relações.

As camadas intermediárias da retina (células bipolares, horizontais e amácrinas) realizam um primeiro nível de processamento, organizando campos receptivos centro-periferia que tornam o sistema sensível a bordas, descontinuidades e movimentos. Trata-se de um processamento ativo, que suprime redundâncias e privilegia variações significativas. O mundo visual emerge, assim, já filtrado por critérios funcionais.

No córtex visual, essa fragmentação se intensifica. Diferentes áreas especializam-se em atributos distintos — orientação, cor, movimento, profundidade — sem que haja um ponto central onde a imagem “se reúna”. O chamado *problema da integração* (binding problem) evidencia que a unidade da percepção não é localizável em um lugar anatômico, mas resulta de uma coordenação dinâmica distribuída. Essa coordenação distribuída não conduz, contudo, à experiência de uma multiplicidade fragmentada, mas à impressão de um mundo unificado e estável — um efeito que abordagens recentes descrevem como o resultado de uma inferência perceptiva continuamente ajustada, e não de uma síntese centralizada de dados sensoriais (Seth, 2021).

Apesar disso, a experiência subjetiva não é a de fragmentos, mas a de um mundo coerente e estável. A neurociência descreve com precisão os mecanismos dessa construção, mas permanece silenciosa quanto a um aspecto decisivo: o fato de que o produto dessa construção não aparece como construção, mas como mundo. Mesmo abordagens que concebem a percepção como atividade incorporada e situada — tal como formulado pelo enativismo — reconhecem que a explicação funcional do acoplamento organismo-ambiente não esgota o problema de como esse acoplamento se estabiliza fenomenicamente como exterioridade do mundo (Varela; Thompson; Rosch, 1991). É nesse ponto que a explicação funcional encontra seu limite e exige um deslocamento filosófico.

Hume: hábito, crença e estabilização do mundo

David Hume fornece uma chave decisiva para compreender a exteriorização do mundo percebido sem recorrer a garantias metafísicas. Sua investigação parte de uma pergunta radicalmente empírica: o que, de fato, é dado na experiência? Ao levar essa pergunta até o limite, Hume mostra que conceitos como causalidade, identidade dos objetos e permanência do mundo não são diretamente percebidos, mas inferidos a partir da repetição regular das impressões.

No caso da percepção visual, isso significa que jamais percebemos a necessidade de que o mundo continue existindo quando desviamos o olhar. O que percebemos são seqüências constantes: certas impressões seguem-se a outras, certos arranjos reaparecem, certos padrões se mantêm. A crença na continuidade e na exterioridade do mundo emerge desse encadeamento repetido, não de uma apreensão racional de sua necessidade.

O conceito de hábito é, nesse sentido, central. O hábito não é uma escolha consciente nem um raciocínio implícito, mas uma disposição adquirida do espírito. É ele que nos leva a esperar que o mundo se comporte amanhã como se comportou ontem. A estabilidade do mundo percebido não é garantida pela razão, mas sustentada por uma confiança prática que antecede qualquer reflexão.

Essa confiança, porém, não deve ser confundida com ingenuidade. Hume reconhece que, apesar da ausência de fundamentos racionais últimos, não conseguimos suspender essa crença sem paralisar a vida ordinária. A exterioridade do mundo é, assim, uma condição pragmática da ação: acreditamos nela porque precisamos agir, e agimos como se o mundo estivesse lá, independente de nós.

No entanto, ao reduzir a exterioridade a um efeito psicológico de regularidade e crença, Hume deixa em aberto uma dimensão decisiva da experiência perceptiva: o modo como o mundo se apresenta já investido de sentido, resistência e familiaridade. Seu empirismo explica por que acreditamos no mundo, mas pouco diz sobre como o mundo é vivido como presença. Esse limite não invalida sua contribuição; ao contrário, prepara o terreno para as reformulações posteriores que buscarão recolocar o problema da exterioridade para além do hábito.

Bergson e a percepção como seleção orientada à ação

Henri Bergson introduz um deslocamento decisivo no modo de pensar a percepção ao recusar, de maneira radical, tanto a ideia de uma representação interna do mundo quanto a concepção de uma percepção passiva que receberia dados já constituídos. Para Bergson, o mundo é, em si mesmo, excesso: um campo de imagens em contínua variação. A percepção não acrescenta algo a esse mundo; ela opera, ao contrário, uma subtração. Essa concepção antecipa formulações contemporâneas que descrevem a percepção como um modo de regulação prática da relação organismo-ambiente, no qual perceber não equivale a representar, mas a exercer competências incorporadas de seleção e engajamento com o mundo (Thompson, 2007).

Perceber é selecionar. Essa seleção não é arbitrária nem intelectual, mas vital. O organismo percebe apenas aquilo que é relevante para sua ação possível. Tudo o que não diz respeito à intervenção prática do corpo no mundo é, por assim dizer, deixado de lado. A imagem perceptiva não espelha o real; ela o empobrece funcionalmente para torná-lo habitável². A estabilidade do mundo percebido é, assim, o resultado de um recorte orientado pela ação.

Essa tese permite reformular o problema da exterioridade em termos não representacionais. O mundo aparece como estando “lá fora” não porque seja reconstruído internamente, mas porque a percepção é já uma relação direta com imagens que pertencem ao próprio mundo. O corpo não produz imagens internas para depois projetá-las; ele se insere em um campo de imagens e seleciona, nesse campo, aquilo que pode afetar ou ser afetado por sua ação.

Ao deslocar a percepção do registro do conhecimento para o registro da vida, Bergson antecipa de maneira notável críticas posteriores ao intelectualismo perceptivo. A percepção não visa a verdade do mundo, mas sua utilidade prática. Ela não tem por função

² A noção de *Umwelt* (mundo próprio), desenvolvida por Jakob von Uexküll, formula biologicamente a ideia de que a percepção não recorta um mundo neutro, mas constitui um campo de sentido orientado pelas possibilidades de ação do organismo. Cada ser vivo habita um mundo ambiente específico, definido por seus órgãos sensoriais e por seus ciclos funcionais (*Funktionskreis*), de modo que a exterioridade do mundo percebido coincide com uma estabilidade local e funcional do real, suficiente para a vida e a ação (UEXKÜLL, *Dos animais e do homem*).

representar fielmente o real, mas permitir que o organismo nele se mova com eficácia. O mundo percebido é, portanto, um mundo já orientado, já simplificado, já organizado segundo linhas de ação. Essa recusa em reduzir a percepção a um ato de conhecimento antecipa a crítica fenomenológica ao intelectualismo perceptivo, segundo a qual o sentido não é acrescentado posteriormente à experiência, mas emerge no próprio exercício situado da percepção (Gallagher, 2005).

Nesse sentido, Bergson contribui de modo decisivo para a tese sustentada neste texto: a percepção estabiliza o mundo apagando sua própria gênese. A exterioridade do mundo não é produto de uma construção intelectual posterior, mas efeito imediato de uma percepção que se retira enquanto operação seletiva. O mundo aparece fora porque a percepção, ao selecionar, desaparece no próprio resultado.

Nagel e o ideal da visão de lugar nenhum

Thomas Nagel retoma o problema da objetividade a partir de uma tensão estrutural que atravessa todo o conhecimento humano: somos sempre sujeitos situados, encarnados em um corpo e em uma história, mas aspiramos a descrições do mundo que não dependam de nenhuma posição particular. A chamada “visão a partir de lugar nenhum” não designa um ponto de vista efetivamente alcançável, mas um ideal regulador que orienta o empreendimento científico e filosófico moderno.

No domínio da percepção, essa tensão torna-se particularmente visível. De um lado, a experiência visual é sempre primeira-pessoa, situada e irreduzível: há um *como é* próprio de cada ato de ver. De outro, a ciência da visão descreve esse mesmo fenômeno em termos de processos objetivos — fótons, transduções, circuitos neurais — apagando progressivamente qualquer referência ao sujeito que vê. Quanto mais avançada a descrição objetiva, menos ela se parece com a experiência que pretende explicar.

Nagel insiste que essa assimetria não é um defeito contingente das teorias atuais, mas um traço estrutural do conhecimento. A objetividade é conquistada por um movimento de distanciamento em relação à perspectiva individual, nunca por sua eliminação completa. Mesmo a descrição mais impessoal do sistema visual continua sendo produzida por alguém, a partir de algum lugar, ainda que esse lugar seja metodologicamente neutralizado.

Essa constatação tem consequências importantes para o problema da exterioridade. A objetividade científica pode explicar como a visão funciona, mas não substitui o fato de que o mundo aparece, para alguém, como estando lá fora. O ideal da visão de lugar nenhum esclarece os mecanismos da construção perceptiva, mas não dissolve o enigma de sua exteriorização fenomenal.

O mérito de Nagel está justamente em sustentar essa tensão sem resolvê-la. Ao recusar tanto o reducionismo fisicalista quanto o subjetivismo relativista, ele mostra que a relação entre experiência e objetividade não admite síntese simples. Esse impasse prepara o terreno para abordagens que, como a fenomenologia, deslocam o problema do conhecimento para o modo de presença do sujeito no mundo.

Merleau-Ponty e o ser pré-objetivo: o ser-no-mundo

É em Merleau-Ponty que a questão da exterioridade encontra uma reformulação decisiva. Contra o objetivismo e o subjetivismo, ele propõe um retorno ao campo pré-objetivo da experiência, anterior à separação entre sujeito e objeto. O ser pré-objetivo não é um estágio confuso ou primitivo, mas o solo originário onde o sentido emerge antes de ser tematizado.

A noção de ser-no-mundo exprime essa co-implicação fundamental: não há sujeito que, posteriormente, se relacione com um mundo dado, nem mundo que exista como objeto puro diante de uma consciência. Há um entrelaçamento originário, vivido pelo corpo próprio. A percepção não constrói o mundo para depois projetá-lo; ela é, desde o início, exposição ao mundo. A noção de experiência pré-reflexiva, amplamente discutida na fenomenologia contemporânea, permite esclarecer esse ponto ao mostrar que a consciência de si e do mundo se dá inicialmente como presença vivida, e não como objeto de tematização explícita (Zahavi, 2014). O corpo próprio ocupa aqui uma posição decisiva.

Esse ponto exige uma inflexão conceitual importante: a percepção não deve ser pensada como operação que parte de dados sensoriais para, em seguida, produzir significados. O sentido já está em jogo no próprio campo perceptivo, antes de qualquer tematização reflexiva. O pré-objetivo designa justamente esse nível em que o mundo é vivido como evidente, familiar e orientado, sem ainda ter sido convertido em objeto de conhecimento.

O corpo próprio ocupa aqui uma posição decisiva. Ele não é um objeto entre outros, nem um instrumento a serviço de uma consciência espectadora. É por meio do corpo que o mundo se organiza como campo de possibilidades práticas. A motricidade não é resposta a estímulos, mas forma originária de relação com o meio. O espaço percebido é, antes de tudo, um espaço de ação possível. Nessa perspectiva, o corpo não funciona como um intermediário entre sujeito e mundo, mas como o próprio lugar onde a significação perceptiva se organiza, em consonância com análises contemporâneas que descrevem a percepção como uma forma de estar-no-mundo anterior à divisão entre mente e ambiente (Dreyfus, 1991).

Ver, assim, não é registrar uma cena externa, mas habitar um mundo já estruturado por significações práticas³. Uma mesa aparece como algo para escrever, apoiar, contornar; uma escada, como algo para subir; uma porta, como algo para atravessar. O sentido não é acrescentado posteriormente à percepção: ele é constitutivo do próprio aparecer.

Por isso, a exterioridade do mundo não precisa ser explicada como projeção ou crença. O mundo nunca esteve “dentro” para ser devolvido ao “fora”. Ele é o meio no qual o sujeito existe e se move. O ser-no-mundo designa essa pertença originária, anterior a qualquer divisão entre interioridade psíquica e exterioridade física.

Merleau-Ponty e o visível e o invisível

Em Merleau-Ponty, especialmente em sua obra tardia, o problema da percepção desloca-se decisivamente da análise do sujeito que percebe para a investigação do próprio campo do sensível. Em *O Visível e o Invisível*, a percepção já não é pensada como relação entre um corpo e um mundo previamente distintos, mas como um entrelaçamento originário no qual ver e ser visto pertencem à mesma tessitura. O visível não é aquilo que se oferece plenamente ao olhar, mas aquilo que emerge de um fundo que nunca se esgota.

O invisível, nesse contexto, não designa o oculto, o ausente ou o não percebido, mas aquilo que estrutura o visível sem jamais se apresentar como objeto. Ele é a

³ A abordagem ecológica da percepção desenvolvida por James J. Gibson converge, em vários aspectos, com a noção merleau-pontyana de ser-no-mundo, ao recusar a percepção como construção inferencial interna. Para Gibson, o ambiente já se oferece ao organismo em termos de *affordances*, isto é, possibilidades de ação diretamente percebidas, sem necessidade de mediação representacional. O mundo perceptivo aparece, assim, como campo de praticabilidade, e não como conjunto de estímulos a serem reconstruídos cognitivamente (GIBSON, *The Ecological Approach to Visual Perception*).

profundidade, a espessura, o excesso de sentido que torna possível a aparição das coisas. Cada coisa visível remete a mais do que mostra; cada figura se destaca sobre um fundo que não pode ser tematizado sem se perder. O invisível é, portanto, condição de possibilidade do aparecer, não seu contrário. Essa compreensão do invisível como excesso constitutivo do visível encontra ressonância em leituras contemporâneas que enfatizam a impossibilidade de uma coincidência plena entre experiência vivida e descrição objetiva, preservando a dimensão irreduzível do aparecer (Zahavi, 2014; Thompson, 2007).

Essa concepção permite compreender a exterioridade do mundo sob uma nova luz. O mundo aparece como estando “lá fora” não porque seja projetado a partir de um interior subjetivo, mas porque o próprio sensível se organiza como campo compartilhado, anterior à distinção entre dentro e fora. O corpo que vê é, ao mesmo tempo, parte do visível; ele pertence à mesma carne do mundo que percebe. A exterioridade não é um efeito tardio da construção perceptiva, mas um traço originário do entrelaçamento.

Nesse sentido, Merleau-Ponty radicaliza a noção de ser-no-mundo ao dissolver a oposição entre atividade e passividade, construção e doação. Ver é ser afetado e, ao mesmo tempo, abrir um campo de aparições. O mundo visível mantém sempre um resto invisível que impede sua total objetivação. Essa incompletude não é falha, mas condição de realidade: é porque o mundo nunca se entrega por inteiro que ele pode ser habitado, reconhecido e partilhado.

A análise da constituição perceptiva da exterioridade encontra, contudo, seus limites quando confrontada com fenômenos nos quais a relação entre corpo, mundo e ação se apresenta de forma paradoxal. Certos casos-limite da experiência corporal — como o fenômeno do membro fantasma — tornam particularmente visível a defasagem entre corpo anatômico e corpo vivido, oferecendo um campo privilegiado para testar os pressupostos metodológicos aqui mobilizados. É precisamente quando essa exterioridade deixa de se sustentar como evidência imediata que a clínica psicanalítica introduz uma torção decisiva no problema da percepção.

Freud e Lacan: falhas da exteriorização e o olhar

Com Freud, a problemática da percepção e da exterioridade ganha uma inflexão decisiva ao ser atravessada pela clínica. Ao introduzir a noção de teste de realidade, Freud mostra que a distinção entre percepção e representação não é dada de uma vez por todas,

mas resulta de um trabalho psíquico progressivo. A percepção não é simplesmente o contato com um mundo externo já garantido; ela exige a capacidade de diferenciar aquilo que provém do exterior daquilo que emerge do desejo, da memória ou da excitação interna. Essa concepção implica que a exterioridade do mundo não é um dado assegurado pela percepção em si, mas o resultado sempre renovado de um trabalho psíquico de diferenciação, cuja falha torna visível o caráter construído — e, ao mesmo tempo, necessário — da experiência do real.

A alucinação ocupa, nesse quadro, um lugar conceitual privilegiado. Longe de ser apenas um fenômeno patológico marginal, ela revela o ponto em que a exteriorização falha. Na alucinação, algo é vivido como percebido sem que haja um correlato externo correspondente. Isso indica que a vivência perceptiva pode ocorrer independentemente do objeto, evidenciando que o “fora” não é assegurado apenas pela intensidade ou vivacidade da experiência sensível. Longe de constituir uma anomalia marginal, a alucinação evidencia o ponto em que o trabalho de simbolização falha, expondo um vazio na mediação psíquica que normalmente sustenta a exteriorização do mundo percebido (Green, 1999).

Essa fragilidade da exterioridade obriga Freud a conceber a percepção como atravessada pelo desejo e pela história do sujeito. O mundo percebido não é um espelho neutro da realidade, mas um campo constantemente negociado entre exigências pulsionais e imposições do real. O teste de realidade, portanto, não é um mecanismo puramente cognitivo, mas uma função psíquica que se constrói e se mantém sob tensão.

Lacan retoma e radicaliza esse problema ao deslocar o foco da percepção para a estrutura do olhar. Ao distinguir ver e olhar, ele rompe com a ideia de um sujeito soberano da percepção. O olhar não pertence ao sujeito que vê; ele está no campo do visível, como ponto a partir do qual o sujeito se sente visto. Assim, a percepção não é apenas uma atividade do sujeito sobre o mundo, mas uma experiência em que o sujeito é implicado e, em certa medida, descentrado. O olhar, nesse sentido, não designa uma função perceptiva suplementar, mas um ponto de descentramento estrutural, a partir do qual o sujeito se experimenta como implicado no campo do visível, e não como seu organizador último.

Dessa forma, Lacan mostra que a exterioridade do mundo é inseparável de uma alienação estrutural. O sujeito só pode perceber o mundo como estando “lá fora” porque

ele próprio não coincide consigo mesmo. A imagem estabiliza, mas ao custo de uma perda: algo do real permanece irreduzível, escapando à simbolização e retornando sob a forma de inquietação, excesso ou falha perceptiva. Essa perda não corresponde a um déficit contingente, mas à própria condição de possibilidade da simbolização, que só se institui ao deixar um resto não figurável, sempre suscetível de retornar nos limites da experiência perceptiva. A exterioridade não é, portanto, uma garantia absoluta, mas um equilíbrio precário sustentado pela linguagem e pela imagem.

Imagem técnica e exterioridade: o contraste com a câmera

A comparação recorrente entre o sistema visual humano e os dispositivos técnicos de captação de imagem revela menos uma analogia funcional do que uma diferença ontológica decisiva. A câmera registra variações luminosas e as fixa como imagens disponíveis à inspeção posterior, mas essas imagens permanecem sempre como imagens: não se confundem com o mundo, nem se impõem como presença. Elas exigem um observador para que possam adquirir sentido e jamais apagam as condições técnicas de sua produção. Na percepção humana, ao contrário, a imagem não comparece como imagem, mas como mundo. O processo de sua constituição se retira no próprio ato perceptivo, de modo que aquilo que aparece se impõe imediatamente como estando “lá fora”, aderido às coisas. A exterioridade não resulta da fidelidade da captação, mas do apagamento da gênese perceptiva na vida prática. A câmera constrói imagens; a percepção, ao se retirar, estabiliza um mundo.

O sonho e a experiência de realidade

A experiência onírica fornece um contraexemplo decisivo às concepções que vinculam a realidade percebida à presença efetiva de um mundo externo. No sonho, as imagens não se apresentam como representações internas, mas como mundo vivido: orientam a ação, mobilizam afetos e se impõem com força de realidade enquanto duram. A experiência onírica revela, assim, uma modalidade de figurabilidade na qual o mundo se impõe como realidade enquanto o processo de sua produção permanece inteiramente apagado, aproximando o sonho, sob esse aspecto, da percepção ordinária (Botella; Botella, 2001).

A suspensão do teste de realidade não dissolve a experiência do real; ao contrário, revela que essa experiência depende menos da exterioridade objetiva do que da

estabilização perceptiva e afetiva de um campo de sentido. O sonho mostra, assim, que o mundo se constitui como mundo quando o processo de sua produção se apaga — condição compartilhada, em níveis distintos, pela percepção ordinária. Essa lógica aproxima-se de concepções contemporâneas que pensam a experiência psíquica como um campo vivido, no qual a realidade se sustenta menos por garantias objetivas do que pela coerência interna e afetiva da situação experienciada (Ogden, 1994).

Conclusão

O percurso desenvolvido ao longo deste texto permitiu sustentar uma tese central: a exterioridade do mundo percebido não é nem um dado bruto da realidade, nem uma projeção subjetiva arbitrária. Ela emerge de uma articulação complexa entre processos neurobiológicos, hábitos perceptivos, ideais de objetividade, modos de habitação corporal do mundo e estruturas psíquicas que podem tanto estabilizar quanto desorganizar a experiência. Essa perspectiva permite reposicionar o problema da percepção no campo da psicologia contemporânea, ao evidenciar que a experiência perceptiva não pode ser reduzida nem a mecanismos neurofuncionais isolados nem a construções simbólicas desvinculadas da corporeidade. Ao articular esses níveis, o estudo contribui para debates atuais sobre cognição incorporada, fenomenologia da experiência e processos psíquicos de simbolização, oferecendo uma via integradora para a compreensão da constituição do mundo vivido.

Da neurociência à fenomenologia, passando pelo empirismo e pela filosofia da mente, tornou-se evidente que a visão constrói o mundo ao mesmo tempo em que o apresenta como exterior. Essa construção, no entanto, só é eficaz porque não se apresenta como tal. O mundo percebido só pode ser vivido como mundo na medida em que suas condições de produção permanecem invisíveis ao próprio ato de ver.

A contribuição de Merleau-Ponty mostrou que essa exterioridade não é um efeito tardio, mas um traço originário do ser-no-mundo, sustentado pela carne do sensível e pela espessura do invisível. Já Freud e Lacan evidenciaram que essa exterioridade é estruturalmente frágil, podendo falhar quando o trabalho psíquico de diferenciação entre dentro e fora se desorganiza.

Assim, a visão humana não nos oferece um acesso transparente ao real, mas um modo de habitar um mundo suficientemente estável para a ação e suficientemente

incompleto para permanecer aberto. É nesse intervalo — entre construção e exterioridade, entre visível e invisível, entre mundo e sujeito — que a experiência perceptiva encontra sua densidade própria e seu valor teórico.

Pode-se, então, formular de maneira mais direta a posição que este percurso sustenta: a exterioridade do mundo não é um problema a ser resolvido, mas um efeito estrutural a ser compreendido. O mundo aparece como estando “lá fora” não apesar de ser construído, mas precisamente porque a construção perceptiva opera de tal modo que suas próprias condições se apagam no resultado. A percepção estabiliza o mundo ao mesmo tempo em que se retira de cena.

Nesse sentido, a visão pode ser pensada como um dispositivo ontológico de estabilização do real⁴. Ela não garante a verdade do mundo, mas sua consistência prática; não assegura uma correspondência absoluta, mas uma continuidade suficiente para que a ação, o reconhecimento e a partilha sejam possíveis. O mundo visível é, assim, menos um dado último do que uma conquista permanente, sempre renovada e sempre ameaçada.

Assumir essa perspectiva implica abandonar tanto a expectativa de um fundamento último quanto o temor de um relativismo dissolvente. Entre esses dois polos, a percepção visual revela-se como um modo de habitação do mundo que mantém aberto o real ao mesmo tempo em que o torna habitável. É essa tensão — sustentada, e não resolvida — que confere à experiência perceptiva seu alcance ontológico e sua fecundidade teórica.

À luz das últimas articulações, pode-se acrescentar apenas este ajuste de foco: a exterioridade do mundo não se mantém apenas por operações cognitivas ou simbólicas, mas também por uma economia vital da percepção, que seleciona, empobrece e organiza o real segundo possibilidades de ação e mundos próprios. O mundo percebido permanece

⁴ Em diálogo contemporâneo com a fenomenologia, Alva Noë propõe compreender a percepção como uma habilidade incorporada (*skill*), distribuída entre organismo e ambiente. Ver não é produzir uma imagem interna, mas exercer um saber prático de exploração do mundo. Essa concepção atualiza a crítica ao representacionalismo e reforça a tese de que o mundo percebido participa constitutivamente do próprio processo perceptivo (NOË, *Action in Perception*).

fora porque é, ao mesmo tempo, partilhado e situado — suficientemente comum para a vida coletiva e suficientemente recortado para cada forma de existência.

Ciência aberta e disponibilidade de materiais

Este manuscrito possui natureza teórico-conceitual e não envolve coleta, produção ou análise de dados empíricos primários, tampouco utilização de bases de dados proprietárias. Assim, não há conjuntos de dados, códigos ou materiais suplementares subjacentes a serem disponibilizados.

Uma versão preliminar deste artigo foi depositada no servidor SciELO Preprints, conforme diretrizes de Ciência Aberta. O DOI e o endereço eletrônico do preprint serão informados no momento da submissão ao periódico.

Conflito de interesses

O autor declara não haver conflitos de interesse relacionados à elaboração deste manuscrito.

Financiamento

Este estudo não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Contribuições do autor

Conceitualização, investigação teórica, redação do manuscrito, revisão e aprovação da versão final: Márcio Leitão Bandeira.

Disponibilidade de dados / Data availability statement

Este estudo possui natureza teórico-conceitual e não gerou conjunto de dados empíricos. Todas as informações utilizadas encontram-se disponíveis nas referências bibliográficas citadas no próprio manuscrito.

This study is theoretical-conceptual and did not generate empirical datasets. All information used is available in the bibliographic references cited in the manuscript.

Referências

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 1896. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOTELLA, César; BOTELLA, Sára. *La figurabilité psychique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

DREYFUS, Hubert L. *Being-in-the-world: a commentary on Heidegger's Being and Time, Division I*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. 1920. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *A negação*. 1925. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRISTON, Karl. The free-energy principle: a unified brain theory? *Nature Reviews Neuroscience*, v. 11, n. 2, p. 127–138, 2010.

GALLAGHER, Shaun. *How the body shapes the mind*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GIBSON, James J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. 1979. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GREEN, André. *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature (1739-1740)*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 1945. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. 1964. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NAGEL, Thomas. *The View from Nowhere*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

NOË, Alva. *Action in Perception*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

OGDEN, Thomas H. The analytic third: working with intersubjective clinical facts. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 75, p. 3–19, 1994.

SETH, Anil. *Being you: a new science of consciousness*. London: Faber & Faber, 2021.

SHERRINGTON, Charles S. *The Integrative Action of the Nervous System*. New Haven: Yale University Press, 1906.

THOMPSON, Evan. *Mind in life: biology, phenomenology, and the sciences of mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

UEXKÜLL, Jakob von. *Dos animais e do homem*. 1934. Trad. João Carlos Salles. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

ZAHAVI, Dan. *Self and other: exploring subjectivity, empathy, and shame*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.